

O TODO E A MORALIDADE ENTRE PLATÃO, SCHOPENHAUER E C.S LEWIS ***THE WHOLE AND MORALITY AMONG PLATO, SCHOPENHAUER AND C.S. LEWIS***

Anderson Vieira de Lima Webber¹

RESUMO: O objetivo desse artigo é traçar um comparativo entre o conceito de “todo” nas filosofias de Platão, Schopenhauer e C.S Lewis, destacando o seu valor ético dentro das ideias dos mesmos. Através desse comparativo, introduzir a importância do conceito de “todo” não apenas dentro da filosofia dos respectivos autores, mas também para o cotidiano de hoje quanto um “valor moral”. Para isso, nos guiaremos entre grandes obras dos três filósofos, a *Carta VII* de Platão, *O Mundo como Vontade e como Representação* de Schopenhauer, e *A Abolição do Homem* e as *Crônicas de Nárnia* de C.S Lewis. Com tais obras vamos mostrar que não apenas as três se relacionam em certo grau, mas como ainda se fazem presentes e atuais mesmo para os dias de hoje, seguindo os preceitos de suas teorias sobre a moral.

Palavras-chave: moral, ética, todo.

ABSTRACT: The goal of this article is to draw a comparison between the concept of "whole" in the philosophies of Plato, Schopenhauer and C. S. Lewis, highlighting its ethical value inside of the ideas of the same. Through this comparison, introduce the importance of the concept of "whole", not only within the philosophy of the authors, but also for the daily life of today as a "moral value". For this we will be guided between great works of the three authors, the *Letter VII of Plato*, *the world as will and representation* of Schopenhauer, and *the abolition of man and the Chronicles of Narnia* by C S. Lewis. With such works, let's show that not only the three relate to some degree, but as yet are present and present same to the present day, following the precepts of his theories on morality.

Keywords: moral, ethics, whole.

INTRODUÇÃO

Quando abrimos o dicionário de filosofia para resgatar uma definição precisa do termo “todo”, logo encontramos uma grande dificuldade que o próprio dicionário aponta: a grande

¹ Mestrando pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista Capes/Prosup.

diversidade de significados da palavra “todo” na história da filosofia. Em um primeiro momento será necessário para nós fazermos a distinção de qual “todo” estamos falando, uma vez que o termo é visto de várias maneiras por diversos autores. Somente assim poderemos prosseguir dentro de nossas investigações. A “complexidade do conceito de “todo” e a necessidade de saber em cada caso de que “todo” se está falando” (MORA, 2004, p. 2877), precisamente isso é o que iremos fazer nas próximas linhas.

Entre as três filosofias, Platão, Schopenhauer e C.S Lewis, podemos identificar um conceito que aqui denominamos como “todo”. Os três filósofos, a sua maneira, acabam por se relacionar, e o conceito acaba por aparecer nas três filosofias. Falando estritamente apenas de “dentro” dessas filosofias, ou seja, em um primeiro momento é preciso que tenhamos em mente que não nos interessa aqui um conceito preciso e definitivo de “todo”, mas sim o que, para esses filósofos poderia ser ou de fato o era, o “todo”. Grosso modo, esse conceito refere-se apenas a uma coisa, “a realidade”, que em certa medida é absoluta, ou seja, imutável, eterna.

Antes de qualquer coisa, é preciso ter em mente que não temos a pretensão de provar nada quanto a isso. O conceito do “todo” será trabalhado de uma maneira apenas para que possa ter um esclarecimento entre as três filosofias. De fato é um conceito que muito tem a dizer, e a refletir, inculcando efeito na vida cotidiana das pessoas, um pouco afastada da realidade acadêmica, onde (muitas) vezes voga a precisão científica. Com isso, espero deixar claro a nossa meta com esse artigo, ele tem validade uma vez que joga luzes para a relação das três filosofias que a princípio parecem tão distantes, não apenas no tempo, mas também conceitualmente. Em segundo lugar, e consideramos o mais importante, para a reflexão de uma vida prática, ou seja, que longe de ser cientificamente preciso, tenha sentido para uma postura de vida de alguém. Se o segundo objetivo for alcançado ao menos a uma pessoa, então, teremos certeza de que cumprimos nosso objetivo. No entanto, ainda é preciso que voltemos a questões acerca da definição de qual “todo” estamos falando.

A rigor podemos expressar aquilo que foi dito anteriormente, o “todo” como uma concepção de realidade, de valores absolutos, eternos e imutáveis. Novamente vamos ao dicionário de Ferrater Mora, dessa vez dentro do conceito de “bem” para ajudar no nosso esclarecimento. Apenas quando essa “realidade ou valor são considerados absolutos, fala-se do Sumo-Bem”. (Mora, 2004, p. 282). Mas não vamos aqui confundir os termos. “Sumo-Bem” embora na filosofia possa muitas vezes (especialmente em Platão) se relacionar ou confundir com o todo, ou até mesmo se equiparar, aqui nos manteremos com o conceito e a palavra “todo”, apenas. Embora essa definição de sumo-bem dentro do dicionário nos ajude a

entender melhor as questões tratadas até agora da distinção quanto a que “todo” fazemos referência. Desse modo, não é lugar aqui para nos referirmos a outros conceitos, ou outras definições, melhor dizendo, para o mesmo conceito. Atemo-nos ao nosso objeto de trabalho. O todo como uma forma de ver a realidade, poderemos colocar assim, ou compreensão da realidade, se assim preferirem. Essa é a nossa definição do conceito, é a partir dessa concepção que daremos início ao nosso artigo.

Para melhor compreendermos essa ideia, temos que seguir adiante em nossas investigações, a começar com a incompreensão do “todo”, ou o “indizível”.

1. INCOMPREENSÃO DO TODO

Seguiremos uma lógica inversa para que nossos estudos tenham uma clareza melhor. Mesmo tendo definido a que “todo” nos referimos, precisamos agora falar da incompreensão desse “todo”. É inverso, pois, ao contrário do que se espera, não vamos começar definindo o que seria exatamente o “todo”. Lembrando que o que fizemos até então foi apenas separar o sentido que nós usamos de outros que existem em filosofias diversas ao longo da história. Seguindo esse caminho, vamos começar pela impossibilidade de se falar do “todo”, ou melhor, de como, embora possamos ter conhecimento acerca dele, esse conhecimento nunca é total, ou seja, o “todo” é impossível de se esgotar. Não podemos ter uma definição e um conhecimento último dele, temos acesso apenas a uma parcela dele, dentro dessa concepção. Isso, entretanto, não quer dizer que seja impossível conhecer alguma coisa acerca desse “todo”, ou muito menos que devido a essa impossibilidade, deveríamos abandonar a ideia de compreensão da realidade através dele. Enquanto exercício filosófico, essa busca é válida, exatamente porque é inesgotável, a busca de entender, compreender o que significaria esse todo, especialmente dentro da filosofia de Platão, Schopenhauer e C.S Lewis.

1.1 O “todo” na Carta VII de Platão.

Talvez o melhor modo para esclarecermos toda essa confusão que gira em torno desse conceito será a digressão que podemos encontrar dentro da *Carta VII* de Platão. Nessa carta, Platão afirma que “há quatro instrumentos para conhecer as coisas: o nome, o discurso, a imagem e o conhecimento” (TRABATTONI, 2010, p.97), mas nenhum desses quatro corresponde ao quinto, mesmo se tivermos como juntar os quatro juntos. O que é o quinto? “A coisa em si mesma” (TRABATTONI, 2010, p. 97). Mesmo o quarto elemento, que é o

conhecimento da coisa, não é a coisa propriamente, mas apenas o conhecimento de como ela aparece na intuição e opinião de alguém. Seguindo dentro dessa linha de pensamento, Platão vai apontar uma fragilidade ou limitações do logos, uma vez que mesmo os quatro juntos não podem dar uma “visão genuína do quinto” (PLATÃO, 2008, p. 31), como coloca Irwin na introdução da *Carta VII*. Não vamos nos deter no conceito de logos, aqui apenas nos interessa a dificuldade, ou incapacidade do ser humano de alcançar a compreensão desse quinto conhecimento, o objeto. Mas o que é esse quinto? Precisamente na nossa concepção, é o “todo”. Para melhor entendermos, é preciso apenas reconhecer que para Platão, existia algo “além”, de certa forma, transcendental, dentro do que nos diz o dicionário de Mora, “pelo menos há uma classe, na qual a noção de gênero não se encaixa. Esta classe se encontra, pois, “mais além” de todos os gêneros” (MORA, 2004, p. 2916.) O quer dizer, afinal? Precisamos ter em mente que para Platão, havia algo que está para além daquilo que podíamos conhecer totalmente, ou seja, que embora pudéssemos ter o conhecimento na nossa intuição desse quinto objeto, ele mesmo nos escaparia de uma definição total. Ou seja, sendo, aqui para nós, esse quinto objeto precisamente, o “todo”, temos o primeiro cenário da impossibilidade de compreensão total do “todo”. Ou, como dito anteriormente, da coisa em si.

1.2 Incompreensões totais do “todo” na filosofia de Schopenhauer

Como Trabattoni afirma o objeto, o quinto elemento é a coisa em si. Se não ficou claro o porquê essa coisa em si é o “todo”, Schopenhauer vem para nos ajudar a clarificar essa concepção acerca da realidade. Para Schopenhauer, como podemos observar em seu livro “*O mundo como Vontade e como representação*”, afirma que a Vontade é indivisível, coisa-em-si, que é impossível conhecer a natureza das coisas, só os seus fenômenos, ou seja, a representação que temos dessas coisas.

Vontade cósmica, una e indivisível, coisa-em-si imperecível da pluralidade dos fenômenos ilusórios registos pelo chamado princípio de razão, forma de conhecimento de entendimento ou cérebro, já radicada neste e que permite ao indivíduo conhecer tão-somente aparências das coisas, não a natureza íntima delas. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 12).

Se antes tínhamos alguma dificuldade para entender o que é o “todo”, sua impossibilidade de compreensão, e como ele se relacionava com o quinto elemento citado na *Carta VII* de Platão, agora, com ajuda de Schopenhauer, não temos mais. O filósofo alemão era um grande leitor de Platão, inclusive, dentre as principais filosofias que influenciaram

suas ideias Schopenhauer mesmo citava Platão como de suma importância. E vemos aqui a semelhança de tais ideias. Para Platão, vimos que existia algo incompreensível, “além”, do nosso conhecimento, ou seja, a impossibilidade de compreender a realidade por completo, exatamente porque nos falta esse algo além. Para Schopenhauer, esse além nada mais é que a Vontade, ela é a coisa-em-si, o mundo todo é ela. De fato podemos simplificar apenas colocando desta maneira, mas não nos deixemos enganar, mesmo que Schopenhauer tenha reconhecido, ou simplesmente dado um nome a esse quinto elemento, não quer dizer que agora, de fato, o conhecemos. Como pudemos observar, ele, assim como Platão, vai apontar para uma dificuldade da razão de apreender esse conceito (Vontade). Para o filósofo alemão, o que existe nesse mundo é somente objeto em relação ao sujeito, ou seja, representação. Mas não é precisamente disso que Platão falava quando afirmou na carta que não tínhamos condições de conhecer o quinto elemento, mas apenas as “opiniões” sobre ele? Ou seja, as nossas representações.

Para Schopenhauer, o mundo todo era Vontade, ela era eterna, e imutável, igual ao conceito de todo que definimos na introdução desse artigo. Ela representava toda a realidade existente, mas não se dava nessa realidade, estava “mais além”, ou seja, metafísico nesse sentido, mas não “meta-empírico”. O que quer dizer que para ele nós podíamos ter acesso a essa Vontade através da vida cotidiana, através de nós mesmos, mas apenas a uma parcela dessa Vontade, o conhecimento total dela escaparia a nossa faculdade de razão, ou seja, a impossibilidade de conhecer o “todo” aparece mais uma vez. É visível a relação entre os conceitos encontrados na carta de Platão, e no *O mundo* de Schopenhauer, e também a impossibilidade de conhecer o todo para o alemão (Vontade) e o “todo” para o grego (o quinto elemento, o objeto). Mas o que isso afirma com relação a nossa realidade, nosso cotidiano, e especificamente, as noções de moralidade? Precisaremos seguir em frente com as investigações.

2. IMPLICAÇÕES MORAIS DO “TODO”

Quero começar com uma citação de Gadamer:

A vida é tratada como uma poção, na qual devem ser misturados diversos componentes para a obtenção de um agradável sabor uniforme e bem-acabado. Naturalmente, a justa escolha e a boa composição desses componentes exigem o foco orientado para o Bem, isto é, o olhar direcionado para a combinação harmônica do todo. (GADAMER, 2009, p. 111).

Chegamos aonde propriamente nossa investigação se propôs logo no início desse artigo. Sairemos um pouco de apenas teoria abstrata, e vamos para a prática, falaremos agora daquilo que pode instaurar algum sentido na vida de alguém, e não apenas os filósofos, uma vez que não compartilhamos aqui a ideia de que filósofos devem escrever apenas para filósofos. Como Gadamer apontou, existe algo dentro do “todo” que pode nos indicar um caminho, talvez uma pista para uma vida melhor, ou para uma postura de vida diferente. Mas para continuarmos, será preciso agora deixar Platão e Schopenhauer de lado, uma vez que esses dois foram grandes e estritamente filósofos, em um assunto como moralidade, e principalmente quando se quer algo de cunho mais prático que possa ter sentido para as pessoas, precisamos de uma terceira figura na nossa investigação: C.S Lewis.

2.1 O “Tao” de C.S Lewis

C. S. Lewis embora fosse formado em filosofia e tivesse um vasto conhecimento de lógica, não se dedicou a filosofia estritamente, assim como alguns outros autores como Albert Camus, C.S Lewis está mais para a linha dos “marginalizados”, talvez pela sua vertente cristã. Mas isso não importa a nós aqui. O que precisamos ter em mente é o fato de Lewis também trazer uma grande contribuição na nossa investigação acerca do “todo”, e como dentro de sua filosofia, esse conceito de “todo”, que ele vai chamar de “tao”, encaixa-se dentro da moralidade, e relaciona-se com aquilo que vimos até agora. Primeiramente, temos que deixar claro que embora não fosse filósofo, C.S Lewis possui vários livros teóricos, dentre eles destacamos aqui *A Abolição do homem*. Entre suas obras literárias (pelo qual é mundialmente conhecido) está o livro infantil *As Crônicas de Nárnia*.

Lewis é fundamental para essa compreensão, principalmente agora que estamos tratando da questão mais importante desse artigo, a moralidade. Ele tem relevância não apenas por sua formação em filosofia, não apenas porque no sétimo livro de *Nárnia* um dos personagens diz que a explicação inteira do mundo de Nárnia poderia ser encontrada em Platão, mas por sua filosofia propriamente desenvolvida em *A Abolição do homem*. Antes, temos que ter em mente até agora o que é o “todo”, Platão e Schopenhauer reconheciam uma realidade, ou um conhecimento que estava além da nossa total compreensão. Para Schopenhauer essa totalidade que nos escapava era a Vontade, o mundo todo era ela, mas ela não era totalmente acessível a nós. Para Platão era o objeto, o quinto elemento, que dava o conhecimento “total” da coisa-em-si, digamos, era inacessível por completo também. E agora teremos um novo nome para o “todo”, o “Tao”.

Temos que ter cuidado com a palavra “Tao”, na filosofia ela nos remete a filosofia oriental, embora Lewis aproxime-se de alguns ensinamentos orientais, não significa estritamente o que quer dizer para o oriente. Nós ocidentais tendemos a ver tal conceito como uma filosofia “menor” ou uma “não filosofia”. Precisamos deixar esses pré-conceitos de lado, e ver o que Lewis queria nos passar com o seu conceito de Tao.

O Tao de Lewis é a realidade de conceitos objetivos, valores naturais morais, ou melhor, valores objetivos, imutáveis, eternos, que não podemos escapar. Para colocar em suas palavras:

A bem da brevidade, de agora em diante vou me referir a essa concepção, em todas as suas formas – platônica, aristotélica, estoíca, cristã e oriental - , simplesmente como “o Tao”. Algumas das suas descrições que acabo de citar podem a muitos parecer meramente exóticas ou mesmo mágicas. Mas há entre elas algo em comum que não pode ser negligenciado. É a doutrina do valor objetivo, a convicção de que certas posturas são realmente verdadeiras, e outras realmente falsas, a respeito do que é o universo e do que somos nós. Aqueles que conhecem o *Tao* podem afirmar que chamar uma criança de graciosa e um ancião de venerável não é simplesmente registrar um fato psicológico sobre nossas momentâneas emoções paternas ou filiais, mas reconhecer uma qualidade que exige de nós uma certa resposta quer a demos, quer não. (LEWIS, 2005, p. 16-17).

O Tao nada mais é que a concepção de que existem verdades morais presentes no mundo que podem ser conhecidas por todos, não importando em que parte do mundo você viva, ou de que sexo você seja, os valores são objetivos e servem para todos. O Tao está sempre com você. Ele é exatamente a ideia de “todo” de Lewis, ou seja, conceitos eternos, imutáveis que estão na totalidade do mundo, desse modo, em toda a parte. Está presente em todos os lugares e épocas. Para Lewis, em nossas vidas podemos dar três respostas para o Tao, aceita-lo como um todo, aceitar parte dele e rejeitar outra parte, ou rejeita-lo em totalidade. As três possibilidades são discutidas em seu livro *Abolição*.

Para Lewis, aqueles que acreditavam que estavam rejeitando parte do Tao e aceitando outra, ele chama tais sujeitos de “inovadores”, porque na verdade são “pessoas que tentam viver como se existissem valores objetivos apenas em algumas áreas da vida, mas não em outras” (BASSHAM e WALLS, 2006, p. 103). Através dos personagens de *As Crônicas de Nárnia* vemos os exemplos dos indivíduos inovadores, e o porquê da impossibilidade de escolhermos nosso juízo moral e os desastres que acarretam, mostrando a objetividade de valores universais morais. Como vemos no sétimo livro de *Nárnia*:

Manhoso, o macaco feio, sabia que era bom ter um governante, principalmente se tal governante fosse ele. Mas rejeitava o princípio da Lei Natural de que um governante deveria ter em mente os interesses do povo ao

governar. [...] Manhoso exigia que as pessoas respeitassem as autoridades, o que parece ser um princípio válido da moralidade tradicional. Mas outro conceito presente em toda a Lei Natural é o de governar com honestidade e justiça. Manhoso achava que podia usar o primeiro princípio como algo verdadeiro e valioso, enquanto negava o segundo. O problema com essa seleção moral é que ela leva a uma espécie de arbitrariedade que compromete a possibilidade de haver qualquer valor objetivo real para quaisquer julgamentos éticos. Não se pode afirmar com convicção que o respeito à autoridade seja um valor real sem, ao mesmo tempo, defender o princípio de que cuidar do povo também é um valor real. (BASSHAM e WALLS, 2006, p. 103).

Lewis vai mais longe e critica Nietzsche, para ele o filósofo da vontade de poder era um exemplo perfeito de “inovador”, ou seja, pessoas que pensavam que podiam falar de fora do Tao, mas na verdade, não podiam. Lewis critica a ideia de que a moralidade é uma questão de poder, valores são inventados, e não descobertos. Mas ele aponta que a ética nietzschiana só é possível se estivermos dispostos a descartar toda a moralidade tradicional como um erro e nos colocarmos em uma posição em que não há mais base para nenhum julgamento de valor. Segundo ele, o problema disso é que o indivíduo não pode fundamentar de maneira não subjetiva sua própria moralidade. “Se, como Nietzsche afirma, não existem verdades morais, só as preferências pessoais enraizadas em uma universal “vontade de potência”, então “não há *arque* nem promessas” para se fundamentar julgamentos morais. Só o que resta é o choque de preferências subjetivas, com a força como único árbitro.” (BASSHAM e WALLS, 2006, p. 104)

Percebemos aqui qual a postura em relação à vida adotada por C.S Lewis: a objetividade de valores universais morais. O Tao é o “todo”, ou seja, quem vê esse todo, é justamente quem está dentro do Tao, quem está dentro da lógica dos valores imutáveis, universais. Lewis vai mais longe, chega a afirmar que é impossível falarmos fora desse “todo”, ou seja, fora do Tao, para fazermos um comparativo com Schopenhauer, seria o mesmo que querer que o mundo deixasse de ser Vontade, não tem como. Para Lewis, estamos há muito tempo tentando fazer o impossível: abdicar da nossa prerrogativa humana e ao mesmo tempo mantê-la. “Isso é impossível. Só há duas possibilidades: ou somos espíritos racionais obrigados para sempre a obedecer aos valores absolutos do Tao, ou então não passamos de mera natureza”. (LEWIS, 2005, p.69) Para ele, somente o Tao era capaz de promover uma lei de ação comum. Uma crença dogmática em valores objetivos era necessária nesse sentido para a própria ideia de uma obediência que não fosse servil, ou tirânica.

O próprio Lewis sabia que estava exigindo muito: “talvez eu esteja querendo coisas impossíveis. Talvez, na natureza das coisas, o conhecimento analítico tenha sempre de ser

uma medusa que mata o que vê e que só consegue ver aquilo que mata.” (LEWIS, 2005, p.75). Lutou contra o cientificismo de sua época que tentava (e ainda tenta) dissecar tudo e tentava ver por trás de todas as coisas, coisas atuais como decifração de genoma humano, etc., Lewis apontava para um problema, que era o fato de que se você enxergar o que está por trás de todas as coisas, sem exceção, então tudo se tornará transparente, mas um mundo transparente é ao mesmo tempo um mundo invisível. Ou seja, ver o que está por trás de todas as coisas é o mesmo que não ver nada. (LEWIS, 2005, p. 77.)

2.2 Os valores morais do Tao

Mas afinal, que valores morais seriam esses? Lewis está preocupado mais em fundamentar que existam valores morais universais, dos quais não podemos fugir, do que propriamente listá-los. Embora em seus livros *Abolição e Nárnia* possamos extrair uma boa ideia de tais valores, não há uma enumeração completa. Ele mesmo os chama de “valores tradicionais”. No final de *A Abolição*, Lewis nos indica alguns exemplos do Tao, ou seja, de valores que mesmo que quiséssemos não poderíamos fugir. O primeiro deles é lei geral da caridade. Nessa lei encaixa-se a lei de “não matarás, e não faças aos outros o que não gostarias que fizessem contigo. Os exemplos se estendem e Lewis irá tomar outros diversos preceitos morais de diferentes povos e diferentes épocas, passando pelos judeus, chineses e egípcios.

A segunda lei moral eterna pertencente ao Tao é a lei específica da caridade. Dentre os exemplos de C.S Lewis estão: “a união e o companheirismo entre os homens serão mais bem preservados se cada um receber de nós mais generosidade na medida em que for mais próximo de nós”. (LEWIS, 2005, p. 84). Tal passagem Lewis retira de Cícero, romano, mais uma vez mostrando a diversidade e universalidade dos valores morais do Tao. O terceiro é o dever em relação aos pais, aos mais velhos e aos ancestrais. Em uma passagem hindu, Lewis ilustra: “as crianças, os idosos, os pobres e os doentes devem ser considerados os senhores da atmosfera.” (LEWIS, 2005, p. 86). O quarto são os deveres em relação às crianças e à posteridade. O quinto é a lei da justiça, como por exemplo, a justiça sexual, onde o autor coloca-se contra o adultério, citando passagens do judeu antigo e babilônico. Também dentro da lei da justiça ele fala da honestidade, entrando aí os valores de não roubar e não enganar. Por último na lei da justiça comenta da justiça nos tribunais, mencionando, por exemplo, a recusa de suborno. A sexta, e talvez a mais polêmica seja a lei da boa-fé e da veracidade. Polêmica porque envolve a palavra fé, mas é preciso ver além da religião para entendermos os

valores de Lewis. Entre os exemplos da sexta, ele aponta o fato de um sacrifício ser apagado por uma mentira e o mérito de uma esmola ser apagado por um ato fraudulento. O sétimo exemplo de valor do Tao é o da lei da misericórdia, onde defende a ideia de proteger e ajudar pobres e fracos, mulheres, crianças e doentes. O oitavo e último é o da lei da magnanimidade, citando os estóicos e Cícero, novamente, aponta valores como “a morte é melhor para qualquer homem do que uma vida vergonhosa” (LEWIS, 2005, p.94).

Vale ressaltar que Lewis não está dizendo que a vida seria melhor se seguíssemos tais valores, nem que esses são os nossos deveres, ele está apenas falando que tais valores existem, são universais para todas as épocas e povos, e você não pode fugir deles. O que você pode fazer é aceitar todos, rejeitar parte e aceitar parte (como ele encaixava Nietzsche) ou rejeitar todos (o que acarretava em desastres, e mesmo assim não era possível uma fuga total). Ele não está falando de um mundo ideal, num sentido de que espera que todos sigam tais valores, apenas esta indicando que tais valores existem, por isso é a lei natural do Tao, é o “todo” novamente porque o Tao é “tudo” que existe na moralidade. Mas como isso pode relacionar-se com a filosofia tida pessimista de Schopenhauer? Será preciso seguir adiante para entendermos como o “todo” de Lewis se relaciona com o “todo” (Vontade) de Schopenhauer.

3. O “TODO” NA MORALIDADE DE SCHOPENHAUER

Assim como Lewis defendeu a ideia de ideias imutáveis, no caso, os valores morais, Platão também o defendeu. Na luta contra o relativismo de Heráclito, Platão, como afirma Trabattoni em seu livro *Platão* nos diz que “a maior parte das pessoas acredita que existem, sim, coisas boas e justas, mas não quer ouvir falar de um bem ou um justo em si, indiferente ao tempo e às perspectivas” (TRABATTONI, 2010, p. 72.). Da mesma maneira que Platão, Lewis acreditava em tais ideias imutáveis, pra ele as leis naturais da moralidade eram essa ideia. Esse “todo” que até agora nos referimos, em Platão e em Lewis é facilmente inidentificável, os dois foram árdios lutadores contra o relativismo, mas e a filosofia de Schopenhauer? De que maneira ela relaciona-se com a moralidade apresentada até aqui?

3.1 Os graus da moralidade

Para Schopenhauer, a vida em sociedade estava dividida em dois graus de moralidade propriamente, o da justiça, o primeiro grau. E o segundo grau, o da compaixão. Vamos nos

deter primeiramente ao conceito de justiça, assim entenderemos melhor onde está o “todo” dentro da moralidade, e de que maneira Schopenhauer também pode ser considerado um inimigo do relativismo, uma vez que sua ética também se relaciona com a de Lewis. Para o alemão, reconhecer a realidade como Vontade, ou seja, que ela era “toda” Vontade, era de suma importância para chegarmos ao entendimento da vida em sociedade, das leis morais propriamente. Através desse primeiro passo, o reconhecimento do “todo” da realidade como Vontade imutável e eterna, estamos perto do conceito de justiça de Schopenhauer.

3.2 Justiça

Mas o que propriamente constitui o conceito de justiça para o filósofo? Em poucas palavras, significa apenas não causar mais dor no mundo, ou seja, não sobrepor a sua vontade a de outro. Longe de ser justiça legal, mas uma justiça natural, podemos dizer. Natural porque vem da Vontade, que é o “todo” do mundo. Em seu livro *Sobre o Fundamento da moral* Schopenhauer afirma que está em busca de uma ética que possa ser intuitiva a todos.

Este tem, antes, de ser algo que exige pouca reflexão, ainda menos abstração e combinação, algo que, sendo independente da cultura do intelecto, fale a todo homem, mesmo ao mais tosco, repousando meramente na apreensão intuitiva e impondo-se imediatamente a partir da realidade das coisas. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 108.)

Por esse motivo é natural, é possível ser reconhecida por todos, é intuitiva, e ao mesmo tempo eterna pois provém da Vontade (que é o todo da realidade), imutável, una e indivisível. Dessa maneira, justiça esta no plano do primeiro grau da moralidade, ou seja, como colocamos anteriormente, resume-se a não sobrepor a sua vontade sobre o outro. Em outras palavras, não aumentar o sofrimento do mundo. Em um exemplo clássico, podemos ver um indivíduo sofrer, e não fazer nada para ajuda-lo, isso seria até mesmo cruel, mas não injusto, levando em conta que não estamos AUMENTANDO o seu sofrimento. Em outras palavras, todo esse reconhecimento de que a realidade é na verdade una, e não uma multiplicidade de representações, nos “abre os olhos” para essa lei “natural” das coisas. Para Schopenhauer, esse é o ponto onde temos uma metafísica do direito. Mas não se trata de um direito estipulado por leis, legislação e estado, mas direito natural, são leis naturais.

Por outro lado a “injustiça é toda e qualquer afirmação de uma vontade individual que se dê em prejuízo de qualquer outra” (CARDOSO, 2008, p. 122). Ou seja. Quando uma vontade se afirma, se sobre põe a outra, temos injustiça, quando se fere alguém, destrói o

corpo de alguém, se escraviza uma pessoa. Todos esses são casos de afirmação de uma vontade sobre a outra. Em outras palavras: injustiça.

3.3 O grau da compaixão

Nesse ponto já reconhecemos as semelhanças entre as filosofias, exatamente como nos propusemos no início desse artigo. Enquanto Platão combatia o relativismo, Lewis defendia leis naturais objetivas da moralidade, Schopenhauer também acreditava em leis naturais, o que, claro, tinha ligação com sua ética. Os três tinham algo em comum: o “todo”. Existia uma realidade, ou algo “mais além” não acessível totalmente para nós, mas que era imutável, eterno, e uno. Com isso em mente, poderemos prosseguir para a última análise de nossa investigação, em vista de termos esclarecido por completo a comparação entre as três filosofias tanto no âmbito metafísico, como ético/social. Essa análise é precisamente o segundo grau da moralidade de Schopenhauer: a compaixão.

Esse conceito é melhor trabalhado pelo filósofo alemão no livro IV de *O mundo* e em *Sobre o fundamento da moral*. Basicamente Schopenhauer coloca a condição do homem como o egoísmo. Não cabe a nós aqui pormenorizar esses detalhes de sua teoria, basta saber que todos nós somos, a rigor, egoístas por natureza. Mas ser egoísta não significa que não se possa “quebrar” com essa “lógica” e agirmos compassivamente. Entretanto, ele mesmo afirma, é difícil. O primeiro passo é reconhecer o “todo” da realidade como Vontade. Percebendo que não só mundo, mas nós, os animais, tudo, eu, você e tudo o que existe somos e viemos da mesma Vontade, estamos aptos assim a reconhecer o sofrimento do mundo como algo “único”.

O estágio final da ética de Schopenhauer, contudo, procura assentar a atitude compassiva sobre fundamentos metafísicos. A compaixão é caracterizada, em última análise, como reflexo de uma visão de si e da natureza da realidade que difere da que está implícita no egoísmo e que é superior a ela. (JANAWAY, 2003, p.121.)

Enquanto a justiça era apenas não aumentar a dor do mundo, a compaixão é exatamente o oposto, fazer de tudo para diminuir a dor do mundo, destarte, não pode haver compaixão sem ação. Schopenhauer além de instaurar uma ética intrincada em leis naturais (pois provém do reconhecimento da Vontade como um “todo”), ainda instaura uma ética da ação. Para conseguirmos “quebrar” o egoísmo, é necessário esse reconhecimento da Vontade, somente assim você pode “sofrer junto a”, não quer dizer que a dor do outro seja a sua, mas

você sofre com ele, por isso é um “sofrer junto”. “Sofremos com ele, portanto nele, e sentimos sua dor como sua e não temos a imaginação de ela seja nossa” (SCHOPENHAUER, 2001, p.140.). Como isso é possível? Apenas entendendo que “tudo”, todo o mundo, sofrimento, alegria, tristeza, pessoas, animais, plantas, vem da mesma Vontade, ou seja, a realidade como um “todo” é a mesma, estamos “ligados” por esse “todo”. A compaixão acontece quando saímos de nossa postura egoística e ajudamos a todos e a tudo para diminuir o sofrimento do mundo.

Não vamos entrar em detalhes aqui de como isso interfere ou o quanto isso pode ser contraditório dentro da filosofia de Schopenhauer, lembrando que nosso objetivo era apenas que a filosofia apresentada aqui fizesse sentido às pessoas, longe do rigor científico e precisão, uma filosofia enquanto postura de vida, bem como relacionar as três filosofias, Platão, Schopenhauer e C.S Lewis.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Com isso chegamos ao fim da nossa exposição entre os três filósofos, atingimos o objetivo proposto no início, não só relacionamos as três filosofias, mostrando o conceito de “todo” escolhido aqui por nós para melhor ilustrar a ideia, como também tivemos um entendimento da ética na filosofia dos mesmos. Uma vez explicado tais conceitos, podemos expor de modo simples e claro a postura de vida de cada autor. Ao cabo desse estudo acerca do “todo”, concluímos que não só as três filosofias de fato se encontram em certos pontos, como há uma proposta nos três casos, em específico em dois (Schopenhauer e Lewis) de uma postura de vida, o que torna o estudo de cunho prático, mantendo-se fiel àquilo que foi proposto logo de início. Uma vez levando-se em conta que não vive do mesmo modo uma pessoa que acredita em valores morais objetivos, e alguém que acredita em relativismo moral, creio que com isso atingimos satisfatoriamente nosso objetivo. Não apenas relacionamos as três filosofias; como também apresentamos de maneira clara, e simples, mas não simplórias, uma vez que não acreditamos em textos de filosofia unicamente para filósofos. Concluímos também que os três filósofos aqui apresentados compartilham de uma ideia convergente, que aqui denominamos como “todo”, culminando em valores naturais morais objetivos.

Para os três filósofos, existia algo na realidade que era imutável, e isso refletia em nossos valores morais, não éramos capazes, em certa medida, de fugir deles, ou mesmo em nenhuma medida. Tais conceitos eram não apenas eternos e imutáveis, mas era aquilo tudo

aquilo que podíamos ter, ou seja, não era possível ir além daquilo, nem criarmos novos conceitos de moralidade, para Lewis, sempre estaríamos fadados a falar de dentro do Tao. O que torna o estudo importante, a nosso ver é a possibilidade dessa visão de mundo como prática de vida. Embora o comparativo entre os três seja válido, o teor prático tem mais peso para nós, uma vez que uma filosofia aliada à vida cotidiana a nosso ver tem mais peso no que foi proposto de início. Adotarmos tal postura ou negarmos vai além de se os três tinham ou não razão naquilo que diziam, não é com ciência que se faz o cotidiano das pessoas, e logo deixamos essa intenção esclarecida. Concluímos assim que o estudo aqui feito obteve sucesso na exposição das ideias, tanto nas relações, quanto na clareza proposta na medida do possível do espaço dado.

REFERÊNCIAS

- BASSHAM, G; WALL, J. *As Crônicas de Nárnia e a Filosofia O Leão a Feiticeira e a Visão de Mundo*. Trad. Marcos Malvezzi. São Paulo: Madras, 2006.
- CARDOSO, C. R. *A Ideia de Justiça em Schopenhauer*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- GADAMER, H-G. *A Ideia do Bem Entre Platão e Aristóteles*. Trad. Tito Lívio Cruz Romão. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- JANAWAY, C. *Schopenhauer*. Trad. Adali Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2003.
- LEWIS, C. S. *A Abolição do Homem*. Trad. Remo Mannarino Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *As Crônicas de Nárnia*. Trad. Paulo Mendes Campos e Silêda Steuernagel. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. *Um experimento na crítica literária*. Trad. João Luís Ceccantini. São Paulo: Unesp, 2009.
- MORA, F. J. *Dicionário de Filosofia Tomo I*. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. *Dicionário de Filosofia Tomo IV*. São Paulo: Loyola, 2004.
- PLATÃO. *A República*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- _____. *Carta VII*. Trad. José Trindade Santos e Juvino Maia Jr. São Paulo: Loyola, 2008.
- SCHOPENHAUER, A. *Sobre o Fundamento da Moral*. Trad. Maria Lúcia Oliveira Cacciola. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *O mundo como Vontade e como representação*. Trad. Jair Barbosa. São Paulo: Unesp, 2005.
- TRABATTONI, F. *Platão*. Trad. Rineu Quinalia. São Paulo: Annablume, 2010.